
- **LINGUAGEM, POLÍTICA E HISTÓRIA**

Coordenador(a): Soeli Maria Schreiber da Silva

As pesquisas desenvolvem-se na Linha de Semântica Histórica da Enunciação, Semântica do Acontecimento e Análise do Discurso. O tratamento do texto na Lingüística Textual e Semântica do Acontecimento, sentidos do sujeito subversivo, a mídia como texto fundamental de mercado, o movimento de designação no confronto das nomeações estrangeiro e brasileiro, a argumentação e o movimento de línguas no Mandado de Segurança são temas do Simpósio.

A UTOPIA SUBVERSIVA NO FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA FUTURIDADE

Lúcia Regina Ibanes Insaurrealde

Sob uma perspectiva discursiva, o trabalho analisa seqüências discursivas pinçadas dos anexos do Arquivo BNM (Brasil Nunca Mais), buscando compreender as filiações de sentidos do sujeito

considerado “subversivo” pela polícia política do regime militar de 1964. Ao tomar como entrada para as análises o condicional hipotético (com prótase no futuro do subjuntivo e apódose no futuro do presente) bem como suas paráfrases, o trabalho se depara com uma projeção de futuro utópico imaginariamente seqüencial onde se projeta um futuro mais próximo, revolucionário, como “condição necessária” para que se alcance um outro, mais longínquo - o futuro do mundo ideal, onde toda a contradição será apagada. Essa dupla projeção de futuro instaura uma discursividade e um sujeito “subversivos”, uma vez que tanto o sonho, como a prática proposta para atingi-lo são interditados pela discursividade do poder, visto que funcionam na direção da subversão do status quo. Por outro lado, a estrutura do condicional hipotético remete a uma estrutura silogística, cuja premissa maior, implícita, é sustentada por pré-construídos que filiam a discursividade em análise a formações discursivas e posições de sujeito muitas vezes politicamente contraditórias.

AS DESCRIÇÕES DO ESCRAVO: UM ESTUDO DA DESCRIÇÃO PRESENTE NOS ANÚNCIOS DE FUGA DE ESCRAVOS PUBLICADOS NOS JORNAIS DA CIDADE DE CAMPINAS

Ana Josefina Ferrari (UNICAMP)

Um dos temas relevantes que atravessam a História do Brasil é o da escravidão. Ele foi e é trabalhado não só por historiadores, mas também por sociólogos e antropólogos durante décadas. Eles procuram e procuravam, entre outras coisas, explicações para o funcionamento dessa época tão complexa da sociedade brasileira. Para isso, valeram-se também da análise de materiais que circulavam nesse momento da História brasileira como jornais, leis, literatura, registros de propriedades, etc. Atraídos pela riqueza e a beleza presente nos documentos da História Colonial brasileira, decidimos fazer uma análise deles. Para os fins do presente trabalho, escolhemos analisar anúncios de fuga de escravos publicados nos jornais da cidade de Campinas entre 1870 e 1880. Pode ser observado nos anúncios de fuga uma descrição detalhada do escravo, decidimos focalizar nosso olhar para ela especificamente. Em geral, quase todos os estudos relacionados à descrição a observam somente como modo particular de organização textual juntamente com a narrativa e a dissertação. Assim, as técnicas de elaboração de textos descritivos, como também sua relação com a percepção são tomados como dados constitutivos desse tipo de textos.

No presente trabalho, tomando como base teórica a Semântica do Acontecimento e a Análise de Discurso de linha francesa abordaremos o estudo da descrição como um modo de enunciação, já não distante da narrativa ou diferente ou inferior dela, senão como um funcionamento enunciativo-discursivo particular no qual se constrói o referente escravo. Caracterizamos-la, portanto, como um processo de referenciação que relaciona o interdiscurso com o intradiscurso de modo peculiar no qual se cria uma imagem pública, individualizada e singular do escravo.

LÍNGUA E IDENTIDADE NACIONAL

Mariângela Peccioli Galli Joanilho (UEL)

O interesse pela constituição da identidade nacional no Brasil configura um importante tema de estudo para a lingüística, pois as fontes de pesquisa apontam para questões relativas ao discurso e ao acontecimento da enunciação sobre o sujeito nacional. Filiando-nos à linha de trabalho dos estudos históricos da enunciação, propomos apresentar os resultados parciais de uma pesquisa sobre as formas de designação desse sujeito nos primeiros anos do século XX. Sobre isso, poderíamos afirmar, inicialmente, que a fundação de um discurso sobre a identidade brasileira, quando se fala sobre o sujeito no período proposto, se faz num movimento de dupla designação a partir do confronto em as nomeações “estrangeiro” e “brasileiro”, em um espaço de subjetivação,

onde a língua nacional e a escola trabalham a constituição desses sentidos. Esse gesto dá visibilidade a um processo em que se visa o fortalecimento da idéia de nação. Nesse sentido, a tentativa de compreensão da constituição de sujeito nacional, pelo discurso da imprensa, mostra que a questão da nacionalidade passa pela discussão da unidade lingüística com Portugal, na qual observamos uma divisão polissêmica interessante: o português do Brasil é designado como corpo deformado, modificado, adulterado, em relação ao português europeu. Trata-se de uma metáfora orgânica, que organiza argumentativamente o debate sobre a identidade nacional, como também constrói uma noção de sujeito.

O POLÍTICO E A ARGUMENTAÇÃO NO MOVIMENTO DAS LÍNGUAS NA CENA ENUNCIATIVA DO MANDADO DE SEGURANÇA

Soeli Maria Schreiber da Silva (UFSCAR)

Este estudo trata de línguas na cena enunciativa do Mandado de Segurança. Aí o litígio dá-se na divisão do político. Na linha da Semântica do Acontecimento as operações de reescritura e os procedimentos de identificação mostram como se organiza o texto no movimento de línguas. Interessa aqui como os locutores advogados impetrantes, locutor-autoridade-coadora e o juiz movimentam as línguas e como as reescrituras atribuem predicções que identificam os processos na divisão para argumentar. A operação de reescritura de “Mandado de Segurança” como “Writ” nega o “Mandado de Segurança” não sendo mera tradução na relação com a memória da equivalência. Por esse processo a identificação como memória de equivalência é desconstruída no movimento da divisão de línguas na argumentação.

PROCESSOS DISCURSIVOS DE CONSTITUIÇÃO DE SUJEITOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA – A MÍDIA COMO TEXTO DO MERCADO

Maria Onice Payer (UNIVAS/UNICAMP)

A teoria do discurso considera que os discursos, “materializados em textos” que circulam nas práticas sociais, desempenham um papel fundamental na constituição do sujeito e da sociedade. Nesta perspectiva, venho desenvolvendo uma reflexão propondo compreender teoricamente a Mídia como o Texto fundamental do Mercado: um grande e disperso texto pelo qual o sujeito é constituído na Sociedade Contemporânea, do mesmo modo que o Texto Bíblico funcionou socialmente como suporte para a constituição do Sujeito em face da Instituição Religiosa na Idade Média, e que o Texto Jurídico (Constituição, leis) foi base para a constituição do Sujeito Jurídico junto ao funcionamento do Estado, na Modernidade. São analisados portanto, com algum detalhamento, os processos e os mecanismos de constituição do sujeito na sociedade contemporânea.

TEXTUALIZAÇÃO E SUBJETIVIDADE: DUAS ABORDAGENS

Sheila Elias de Oliveira

Esta comunicação propõe uma abordagem comparativa entre duas teorias importantes na constituição das idéias sobre o texto no Brasil: a Lingüística Textual e a Semântica do Acontecimento. A primeira reúne um conjunto de conceitos de autores diversos e por vezes divergentes sobre os mesmos termos, mas que se aproximam pela filiação ao sócio-cognitívismo e ao interacionismo; tem origem na Alemanha no final dos anos 60 do século XX e tem sido, desde os anos 80, largamente divulgada no Brasil. Ela será analisada na enunciação de Ingedore Koch. A Semântica do Acontecimento é de um autor brasileiro, Eduardo Guimarães, e começa a tomar forma no final dos anos 80. A partir de 2002, com o lançamento do livro que dá nome

à teoria, organizam-se uma série de conceitos próprios filiados a uma perspectiva materialista. Por essa filiação, a Semântica do Acontecimento inclui o político e o histórico como questões enunciativas. O sujeito não é, então, como na Lingüística Textual, um estrategista cooperativo, mas um falante constituído ideologicamente e dividido politicamente pelos direitos ao dizer e aos modos de dizer socialmente estabelecidos. É este deslocamento conceitual que proponho examinar, buscando refletir sobre as conseqüências heurísticas de cada uma das duas posições.